



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 1067608 - MG (2026/0012519-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA MARLUCE CALDAS
IMPETRANTE : NICOLAU ACHCAR SANTOS JUNIOR
ADVOGADOS : NICOLAU ACHCAR SANTOS JÚNIOR - MG091986
SIDNEY BATISTA DO NASCIMENTO - MG077055
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MELQUIADES DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *Habeas Corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MELQUIADES DE ARAUJO, no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 1º, XIII, do Decreto-Lei n. 201/1967, na forma do art. 71 do Código Penal, tendo em vista possível irregularidade na contratação de servidores temporários.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão da inépcia da denúncia, que "não descreve de modo individualizado quais contratações violariam a lei municipal, qual o vício específico de cada contrato, qual o prejuízo concreto ao erário e qual o dolo do paciente em relação a cada conduta" (fl. 4).

Defende, ainda, o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, em razão da atipicidade da conduta, uma vez que as contratações se basearam em lei municipal que as autorizava.

Requer, liminarmente, a suspensão do Processo n. 5003109-80. 2024.8.13.0349. No mérito, pugna pelo trancamento da ação penal por atipicidade da conduta e falta de justa causa. Subsidiariamente, pleiteia que "seja anulada a decisão de recebimento da denúncia" (fls. 8-9), com determinação de nova decisão que observe os arts. 41, 395 e 315, todos do CPP.

É o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em *Habeas Corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Para tanto, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou aos autos o ato apontado como coator (fls. 2-3). A fragilidade na instrução do presente *mandamus* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, as quais deverão ser prestadas, preferencialmente, por malote digital e com senha de acesso para consulta aos autos, no prazo de 10 dias, acompanhadas de cópia do inteiro teor do acórdão proferido pela 7ª Câmara Criminal nos autos do Procedimento Investigatório MP n. 1.0000.22.126825-3/000.

Remeta-se o processo ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de janeiro de 2026.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência